

## Projeto de Lei 57/2025

Protocolo 42067 Envio em 02/10/2025 13:08:39

Dispõe sobre a instituição de ações permanentes de promoção da saúde mental, prevenção ao suicídio e valorização da vida nas escolas da rede pública municipal de ensino de Paraguaçu Paulista, e dá outras providências.

**Art. 1º.** Ficam instituídas, no âmbito das escolas da rede pública municipal de Paraguaçu Paulista, ações permanentes de promoção da saúde mental, prevenção ao suicídio e valorização da vida, a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo, com ênfase no mês de setembro.

**Art. 2º.** As ações poderão incluir:

- I – Palestras, rodas de conversa, oficinas e dinâmicas educativas sobre saúde emocional;
- II – Campanhas de valorização da vida e combate ao preconceito relacionado à saúde mental;
- III – Atividades de escuta, acolhimento e integração promovidas por equipes escolares, profissionais parceiros ou voluntários;
- IV – Participação de especialistas das áreas da saúde e educação, mediante disponibilidade e parceria.

**Art. 3º.** A coordenação das atividades será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, com apoio da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ainda contar com:

- I – A colaboração de outras secretarias municipais;
- II – Conselhos de políticas públicas locais;
- III – Instituições públicas ou privadas;
- IV – Profissionais voluntários e organizações da sociedade civil.

**Art. 4º.** As ações previstas nesta Lei deverão ser incorporadas ao planejamento anual das atividades das escolas da rede pública municipal de ensino, garantindo sua efetiva realização durante o ano letivo.

**Art. 5º.** A realização das ações previstas nesta Lei não implicará em aumento de despesas para o município, podendo ser desenvolvida com recursos humanos, materiais e parcerias já existentes.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista/SP, 01 de outubro de 2025.

**GRACIANE DE MADUREIRA**  
Vereadora

Plenário “Vereador Oscar Porfírio Neto”



## **JUSTIFICATIVA**

Este Projeto de Lei tem como objetivo fortalecer a rede pública municipal de ensino de Paraguaçu Paulista com ações contínuas de promoção da saúde mental, prevenção ao suicídio e valorização da vida, de forma viável, colaborativa e sem custo adicional ao município.

A proposta se fundamenta em marcos legais e campanhas nacionais, como:

- Setembro Amarelo (campanha nacional de prevenção ao suicídio);
- Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio (10 de setembro);
- Dia Nacional de Valorização da Vida (17 de setembro), criado pela Lei Federal nº 14.819/2024.

A proposta é voltada a toda a comunidade escolar, contemplando alunos, professores e demais servidores, e será realizada com a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, sem gerar novas despesas, utilizando recursos e profissionais já disponíveis ou parceiros.

Municípios vizinhos já desenvolvem ações semelhantes, com resultados positivos na prevenção, no acolhimento e na conscientização sobre saúde emocional nas escolas. Com este projeto, Paraguaçu Paulista avança em uma direção responsável, humana e educativa.

Diante disso, solicito o apoio dos nobres colegas vereadores para aprovação desta medida.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista/SP, 01 de outubro de 2025.

**GRACIANE DE MADUREIRA**

Vereadora

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 17/01/2024 | Edição: 12 | Seção: 1 | Página: 4

Órgão: Atos do Poder Legislativo

## LEI Nº 14.819, DE 16 DE JANEIRO DE 2024

Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

§ 1º A política de que trata o **caput** deste artigo constitui estratégia para a integração e a articulação permanente das áreas de educação, de assistência social e de saúde no desenvolvimento de ações de promoção, de prevenção e de atenção psicossocial no âmbito das escolas.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se integrantes da comunidade escolar:

I - alunos;

II - professores;

III - profissionais que atuam na escola;

IV - pais e responsáveis pelos alunos matriculados na escola.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares:

I - promover a saúde mental da comunidade escolar;

II - garantir aos integrantes da comunidade escolar o acesso à atenção psicossocial;

III - promover a intersetorialidade entre os serviços educacionais, de saúde e de assistência social para a garantia da atenção psicossocial;

IV - informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de cuidados psicossociais na comunidade escolar;

V - promover a formação continuada de gestores e de profissionais das áreas de educação, de saúde e de assistência social no tema da saúde mental;

VI - promover atendimento, ações e palestras direcionadas à eliminação da violência; e

VII - divulgar informações cientificamente verificadas e esclarecer informações incorretas relativas à saúde mental.

Art. 3º São diretrizes para a implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares:

I - participação da comunidade escolar e da comunidade na qual a escola está inserida;

II - abordagem multidisciplinar e intersetorialidade das ações;

III - ampla integração da comunidade escolar com as equipes de atenção primária à saúde e de serviços de proteção social do território onde a escola está inserida;

IV - garantia de oferta de serviços de atenção psicossocial para a comunidade escolar;

V - não discriminação e respeito à diversidade;

VI - participação dos alunos como sujeitos ativos no processo de construção da atenção psicossocial oferecida à comunidade escolar;

VII - exercício da cidadania e respeito aos direitos humanos;



VIII - articulação com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, por meio da rede de atenção psicossocial e da Política Nacional de Atenção Básica.

Art. 4º A execução da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares dar-se-á em articulação com o Programa Saúde na Escola (PSE), o modelo de assistência em saúde mental, o Sistema Único de Assistência Social e a rede de atenção psicossocial, e sua governança ficará a cargo dos Grupos de Trabalho Intersetoriais do PSE, que serão responsáveis pelo desenvolvimento das ações nos territórios, com a participação obrigatória de representantes da área da saúde e da comunidade escolar.

§ 1º O regulamento desta Lei disporá sobre os requisitos do plano de trabalho a ser elaborado pelos Grupos de Trabalho Intersetoriais do PSE, de forma a promover os objetivos e as diretrizes especificados nos arts. 2º e 3º desta Lei, que conterá, no mínimo:

I - descrição das ações e das atividades a serem desenvolvidas no ano letivo, com especificação das metas de consecução;

II - estratégia de execução das ações e das atividades referidas no inciso I deste parágrafo, com previsão de equipes envolvidas em cada ação ou atividade;

III - distribuição e detalhamento de competências dos atores envolvidos na consecução do plano de trabalho.

§ 2º Ao final do ano letivo, os Grupos de Trabalho Intersetoriais do PSE apresentarão relatório com avaliação das ações previstas no plano de trabalho e dos objetivos previstos nesta Lei.

§ 3º O plano de trabalho e o relatório a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo serão mantidos em formato interoperável e estruturados para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas e à prestação de serviços públicos, em consonância com as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 4º As escolas darão publicidade ao plano de trabalho previsto neste artigo, na forma do regulamento.

Art. 5º Caberão à União o fomento e a promoção de ações para a execução dos objetivos e das diretrizes desta Lei, bem como para subsidiar as ações dos Grupos de Trabalho Intersetoriais do PSE, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A União deverá priorizar territórios vulneráveis e com mais dificuldade para alcançar os objetivos desta Lei.

Art. 6º A implementação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares dar-se-á em articulação com o disposto na Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de janeiro de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Silvio Luiz de Almeida*

*Flávio Dino de Castro e Costa*

*Swedenberger do Nascimento Barbosa*

Presidente da República Federativa do Brasil

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



